

# Bicheiro sem mandato não perde a esperança

**ÉDISON MOTTA**

Do 17º andar o imponente edifício da avenida Angélica, próximo ao centro de São Paulo, onde ocupa todo o andar com o escritório central de suas empresas, o empresário Ivo Noal, após uma série de insistentes telefonemas, dispõe-se a falar de um negócio especial de que ele entende: o jogo do bicho.

Impecavelmente vestido em traje esporte, bem disposto, Ivo quebra logo o gelo quando percebe que interessa ao jornalista saber se a contravenção entra unida para conseguir a legalização desse negócio que movimenta, diariamente, nada menos que 150 milhões de cruzados só na Grande São Paulo, e mais de 70 milhões no Interior.

Ivo sorri e deixa escapar a mágoa atravessada na garganta desde meados do ano passado, quando tentou, sem sucesso, ser candidato a deputado constituinte, exatamente para defender a liberalização e legalização do jogo. "Impediram minha candidatura — diz —, não porque devesse alguma coisa à Justiça, mas porque eu estava filiado ao PDT. Soube, depois, que a candidatura foi abortada por motivos políticos. Sendo eu do PDT e com eleição praticamente certa, arrastaria votos para o partido, elegendo mais dois ou três. E disso o governo federal não quer nem ouvir falar. Mas a verdade é que eu nem conheço o Leonel Brizola e fui vítima de uma grande injustiça."

Aos poucos, Ivo fala da máquina da contravenção, apenas como "um grande conhecedor" e não como banqueiro do jogo — ele faz questão de reafirmar — expondo que, naquele escritório, se concentram empresas de aviação, agropecuária e comunicação. Mas revela que a contravenção tem interesse na legalização e privatização do jogo do bicho, "Nem tanto pelos banqueiros — diz —, mas pelas 700 mil pessoas envolvidas diretamente com o jogo na Grande São Paulo e mais 300 mil no Interior. Ou seja, um milhão de pessoas que sobrevivem dessa atividade."

"Estamos esperando as coisas se assentarem na Constituinte — acrescenta — para podermos reunir os deputados que se interessam pelo assunto e esclarecer tudo o que se passa nos bastidores do jogo do bicho. Os deputados saberão, por exemplo, que essa atividade é a que reúne maior número de deficientes físicos, senhores aposentados, viúvas, do-

nas-de-casa, enfim, muitas pessoas que não conseguem colocação no mercado de trabalho. Saberão, também, que é impossível ao governo assumir o jogo, pois todo ele está concentrado na confiança e na atividade humana. Não há computador que possa disciplinar a velocidade das operações. Por exemplo: um apostador faz seu jogo às 14 horas e às 16 já tem o prêmio na mão."

O "assentamento" que Ivo espera é a própria tendência da Constituinte que, ele acredita, será favorável à liberação do jogo. Ele revela que existem dezenas de deputados eleitos simpáticos à idéia, pois vêm na atual situação uma verdadeira hipocrisia nacional. Ivo não admite que muitos deputados tenham sido eleitos com dinheiro dos bicheiros. Pelo contrário, diz ele, a Constituinte não tem nenhum representante direito do jogo.

"As pessoas que vivem do jogo, os cambistas, são pessoas simples, que sustentam suas famílias com esse dinheiro. Elas próprias se encarregam de separar o joio de trigo. Tráfico de drogas sempre houve, com suas peculiaridades próprios. É um crime querer associar o jogo do bicho ao tráfico." Quanto à polícia, Ivo observa que, sendo o jogo uma ilegalidade, é natural que esteja sempre às voltas com a ação dos policiais.

Ivo insiste no ponto de que a legalização do jogo interessa muito mais ao Estado e às inúmeras pessoas, no País inteiro, nele envolvidas. "A proposta dos banqueiros — conta ele — é a legalização e credenciamento da iniciativa privada. Eles pretendem que os banqueiros tradicionais, notórios, sejam credenciados para integrar uma comissão encarregada de disciplinar quem participa do ramo." É sugerida também pela contravenção, segundo Ivo, a criação de um imposto de 4% sobre a atividade, "o que possibilitaria ao governo uma grande arrecadação, para investir em obras sociais".

Esta proposta, acentua Ivo, já foi formalizada, através de um advogado do Rio de Janeiro, Michael Asséf, representando o pensamento dos banqueiros. Encontra-se em tramitação no Congresso e, agora à disposição dos constituintes.

Ivo Noal explica que, em São Paulo, são feitas apostas remetidas de Nova York, Miami e do Paraguai. Revela que os cambistas recebem 25% de comissão por seu trabalho e que a praça paulista, embora colete um número menor de apostas do que o Rio de Janeiro, supera, de longe, o volume de dinheiro arrecadado, em virtude da renda dos apostadores paulistas ser maior.

Entre São Paulo e Rio existem aproximadamente 1.200 banqueiros, mas no primeiro escalão da contravenção militam pouco mais de 30 em São Paulo e 50 no Rio.

Tranquilo, confiante no que ele define como "bom senso" dos constituintes, Ivo diz que está à disposição dos parlamentares e autoridades para ajudar a tornar o jogo uma atividade legal. E vê nisso uma contribuição social: "A partir da legalização será possível dar assistência trabalhista e previdenciária a todas essas pessoas. Elas poderão, também, ter suas entidades de classe, associações, sindicatos e, enfim, viver de acordo com a lei".



Ivo Noal

Antônio Lúcio